



CAMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS

Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

Ao Exmo. Sr.

Jorge Barbosa

DD. Vereador Presidente

Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul – RS

Do Vereador(a): Átila Andrade (PT)

Assunto: Encaminha PROPOSIÇÃO pedindo aprovação de uma INDICAÇÃO, destinada ao Sr. Prefeito Municipal Volmir Rodrigues, no sentido de Projeto de Lei que INSTITUI a RENDA BÁSICA EMERGENCIAL MUNICIPAL no âmbito do MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL, em decorrência da PANDEMIA COVID19, e o FIM DO AUXILIO EMERGENCIAL.

Átila Andrade, Vereador que este assina, integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), com assento neste Poder Legislativo Municipal, vem, respeitosamente a presença de V.S.a, na forma regimental, requerer seja levada à consideração do Plenário, a presente PROPOSIÇÃO, para que apresenta as seguintes:

JUSTIFICATIVAS:

O Brasil atravessa uma grave crise socioeconômica desde a adoção pautadas pelos princípios da austeridade fiscal, que, ao contrário do que foi prometido, apenas aprofundou o ciclo recessivo. A compressão de renda dos trabalhadores, a redução dos investimentos públicos, e a venda de ATIVOS DO ESTADO, tem enfraquecido a atividade econômica e colocado milhões de cidadãos e cidadãs em situação de vulnerabilidade social.

A síntese dos indicadores sociais de 2019 do IBGE, que analisam a estrutura social Brasileira a partir das atividades econômicas e da inserção dos trabalhadores e trabalhadoras no mercado do trabalho, reforçam a avaliação de que o mercado de trabalho Brasileiro é marcado pela informalidade e precariedade, reproduzindo desigualdades em diversas camadas sociais de gênero, raça, localização geográfica e atividade produtiva.

Com a alta taxa de desemprego, milhões de Brasileiros e Brasileiras ficam de fora da proteção social vinculada a formalização do trabalho, como a remuneração do salário-mínimo, o direito a aposentadoria, às licenças remuneradas, ou pro afastamento por problemas de saúde.

Somado a isso, a crise provocada pelo Corona Vírus agravou mais ainda este quadro já descrito. Hoje são milhões de Brasileiros em situação de vulnerabilidade social, fora das redes formais de proteção social. Em Sapucaia do Sul a realidade não é diferente.



CAMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS

Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

Diante desta dura realidade se faz IMPRESCINDÍVEL que o PODER EXECUTIVO possa contribuir para garantia das condições mínimas de sobrevivência dos nossos municípios.

Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, disse que : “Programas Sociais que atuam como amortecedores de choque durante as crises econômicas são comuns em países desenvolvidos, mas não são suficientemente difundidos em nossa parte do mundo”. As políticas redistributivas , como transferência de renda e o seguro-desemprego, são mecanismos de sustentação de renda do trabalhador, especialmente em crise.

Por estas razões, solicito ao V. Ex.^a a apreciação desta, sujeita aos aperfeiçoamentos necessárias para instituição da presente indicação.

Minuta anexa.

Assim, subscrevemo-nos,

Sapucaia do Sul, de de 2021.

Átila Andrade (PT)



CAMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS

Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

MINUTA

LEI XX

*DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE
RENDA BÁSICA EMERGENCIAL NO
AMBITO DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA
DO SUL, EM DECORRÊNCIA DA
PANDEMIA DA COVID19, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.*

Art. 1º Em decorrência dos efeitos da pandemia covid19, os quais agravaram a crise financeira, e com o fim do auxílio emergencial, fica instituída a RENDA BÁSICA EMERGENCIAL MUNICIPAL NO AMBITO DE SAPUCAIA DO SUL, obedecidos aos critérios e condicionantes previstos nesta lei.

Art. 2º Mediante a concessão de benefício financeiro, a RENDA BÁSICA EMERGENCIAL MUNICIPAL objetiva assegurar às famílias mais vulneráveis:

- I- o direito a segurança alimentar e nutricional;
- II- o direito a renda básica, visando ao suprimento das necessidades primárias;
- III- o direito da escolha dos bens que mais necessitar, de acordo com o perfil familiar.

Art. 3º Em consonância com o previsto no artigo 2º desta lei, a RENDA BÁSICA EMERGENCIAL MUNICIPAL será concedida prioritariamente aos:

I- beneficiários do Programa Bolsa Família, instituído pela lei Federal nº10.836 de 09 de janeiro de 2004, e ou cadastrados no CadÚnico até o ano de 2020.

Art. 4º A RENDA BÁSICA EMERGENCIAL MUNICIPAL consistirá em benefício de complementação de renda no valor de R\$100,00, pagos por indivíduo que componha o respectivo núcleo familiar.

§1º O benefício será repassado por seis (06) meses, com periodicidade mensal, no quinto dia útil, podendo o valor ser ampliado após análise orçamentária, e também disponibilidade de recursos extras do executivo;

§2º O benefício será repassado ao titular do CadÚnico, com crédito em conta indicada pelo(a) mesmo (a), sendo obrigatório este (a) ser titular da conta indicada;

§3º Caberá ao Poder Executivo instituir a forma e procedimento para a realização do crédito;

Art. 5º Mediante ato específico do Poder Executivo, a concessão e repasse financeiro que trata esta lei poderá ser prorrogados, observada a disponibilidade financeira.

Art.6º Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional especial para o pagamento do benefício e despesas administrativas associadas.

Art.7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.